

O mito da neutralidade e o intérprete de língua de sinais

Nathália Vieira Marques*

Resumo

Este artigo toma como base a dicotomia fidelidade/traição para colocar em pauta a questão polêmica da neutralidade no ato interpretativo, através de um levantamento dos autores que abordam a temática. Para tanto, busca-se trazer uma conceituação de interpretação, assim como das capacidades cognitivas, linguísticas e técnicas inerentes a esse ato, mais especificamente na tradução/interpretação de língua de sinais. Defende-se, aqui, a tese de que tal neutralidade plena é impossível, por se tratar de um ser humano, com toda sua subjetividade.

Palavras-chave: Intérprete de língua de sinais. Mito. Neutralidade. Subjetividade. Tradução/Interpretação.

*Graduada em Comunicação Assistiva: Libras/Braille – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), Intérprete da Língua de Sinais - LIBRAS.

No cenário brasileiro contemporâneo, os intérpretes de língua de sinais têm ganhado cada vez mais espaço. Em nossa sociedade, discute-se muito sobre a 'real inclusão'. O direito das pessoas surdas à acessibilidade comunicativa, lhes é garantido na Lei n. 10.098/2000, cuja regulamentação foi feita através do Decreto n. 5.626/2005. Essa Lei garante ao surdo o direito de ter um intérprete de Libras, para mediar todos os contextos comunicativos, em instituições públicas e privadas. (BRASIL, 2005).

A atuação desse sujeito como mediador nas interações entre surdos e ouvintes não é recente, mas o reconhecimento do seu caráter profissional, sim. A Lei n 12.319/2010 regulamentou recentemente a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras. Apesar do reconhecimento legal da Libras e de outras línguas de sinais, assim como da profissão de Intérprete de Língua de Sinais (ILS), até os dias atuais, estes carregam vários mitos somados à falta de prestígio da profissão e à carência de reconhecimento da importância e complexidade do trabalho desse sujeito. Um ditado italiano, *Traduttore traditton* ou "Tradutor traidor", explicita bem a ideia que ainda hoje existe no inconsciente de uma grande parte da sociedade. Esse ditado deixa clara a dicotomia entre fidelidade/traição e conduz à afirmação de que o intérprete, para ser fiel, deve ser neutro. Espera-se que "esse sujeito" mantenha sua subjetividade distante de seu discurso para não "poluir" o texto original com suas inferências, condizendo com a postura ética que se espera deste. (BRASIL, 2010).

Tomando como base essas concepções, busca-se trazer uma conceituação do que sejam interpretação, capacidades cognitivas, culturais, linguísticas e técnicas tradutórias inerentes à atuação profissional do sujeito intérprete, para especificar o que é a interpretação em línguas de sinais. Este trabalho visa inventariar os autores que abordam o tema "neutralidade" na interpretação e questionar até que ponto tal neutralidade é possível no ato tradutório interpretativo, em especial na atuação do ILS, bem como suas diferenças e semelhanças com a interpretação de línguas orais, e, dessa forma, propor uma reflexão sobre essa atuação e sobre as certezas estabelecidas e impostas a e por esses intérpretes sobre sua postura profissional, no que tange a essa temática, que tem colocado em xeque a dimensão ética e angustiada a muitos dos sujeitos que atuam como tal.

Diz-se de interpretação como sendo um desdobramento da tradução, uma ramificação que se especifica a partir da diferenciação quanto à modalidade em que as

línguas se apresentam. Quando uma das línguas está na modalidade escrita, trata-se de uma tradução, e quando ambas as línguas estão numa modalidade oral, ou sinalizada, trata-se de uma interpretação. No entanto, ambas as atividades se constituem como um processo tradutório, portanto, uma tradução no seu caráter mais amplo (PEREIRA, 2008). Por tal concepção é que se tratará neste artigo tanto o termo “tradução” como o “interpretação” enquanto sinônimos. (QUADROS, 2004).

O tradutor ou o intérprete é aquele que está entre duas línguas. Coracini (2005) considera uma das concepções existentes sobre o tradutor, quando nos fala que, simplificada, enxerga-se o tradutor como sujeito bilíngue (ou quase bilíngue) que transpõe as informações de uma língua para outra em contextos diferentes e que “pré-supõe” uma idealização de que as línguas possuem demarcações, culturais e formais, de maneira nítida.

Ávila (2008) pontua sobre essa visão quando trata em seu artigo sobre logocentrismo x desconstrução. Ele explica: “na visão logocêntrica a marca evidente das dicotomias entre sujeito/objeto, teoria/prática e forma/conteúdo” diz da conceituação sobre “o papel do tradutor” que “nesse caso é o transpositor de significados (...). A tradução é vista como transporte, sem contaminação na passagem de um texto de uma língua para outra, pois caso contrário haveria perda e traição.” (p. 88, grifo nosso).

Enquanto Alves (2005) destaca a visão de Amparo Hurtado Albir, ao se referir à temática da “competência tradutória”, percebemos que não só a concepção de que ser tradutor é totalmente diferente de ser falante bilíngue, como também uma proposta sobre uma formação cognitivo-construtivista. Construção esta que está centrada em três fatores: “a competência que se pretende que o estudante possa construir, o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem e a aquisição de atitudes e valores” (2005, p. 15). Em sua revisão bibliográfica sobre a tradutologia, ele traz conceitos propostos por alguns autores que muito nos interessarão neste artigo, pois aborda as questões ligadas à subjetividade do sujeito intérprete:

Outros autores (Lowe, Pym, Hatim e Masom) preferem falar de ‘habilidades e destrezas tradutórias’. Lowe aponta características tais como: compreensão leitora e capacidade de redação, velocidade, etc.; Pym destaca a habilidade de gerar diferentes opções e de selecionar uma única delas em função dos fins específicos e do destinatário; Hatim e Masom postulam destreza do processamento original (reconhecer a intertextualidade, localizar a situacionalidade, valorizar a informatividade etc) e de processamento do texto de chegada (estabelecer intertextualidade e situacionalidade, criar intencionalidade, equilibrar a informatividade etc.) e de habilidades de transferência para renegociar estrategicamente com eficácia, eficiência e relevância. (ALBIR, apud ALVES; MARGALHÃES; PAGANO, 2005, p. 33).

Para internalizarmos com mais clareza sobre esse processo tradutório, é importante nos inteirarmos da concepção biológica. Alves (2003) esclarece que entre as muitas estratégias cognitivas que utilizamos como apoio interno durante o processo tradutório está o nosso conhecimento de mundo, “que abrange nossos conhecimentos enciclopédicos, incluindo-se nele toda nossa bagagem cultural, e o conhecimento procedimental que nos ensina como utilizar o que já conhecemos” (2003, p. 35). Tal conhecimento de mundo se constitui como um “pré-texto” ou “ponto de partida” para usarmos as informações que já possuímos para conseguir processar as novas informações que nos são dadas. E Alves, nesse ponto, destaca que “a capacidade de nos lembrarmos dos fatos que já aprendemos, juntamente com a capacidade de estabelecer inter-relações entre eles, ou seja, a capacidade de produzir inferências, são os dois pontos principais de apoio interno de que dispomos.” (2003, p. 57).

Leite (2004) destaca que, quando se diz de interpretação de línguas de sinais, um dos aspectos mais importantes “é o impacto que a língua sinalizada causa na interpretação”. Os pré-requisitos são os mesmos, tanto para língua oral como para sinalizada, ambas requererão do intérprete o entendimento do sentido do enunciado original e suas relações com o contexto em que ocorre. No entanto, “a língua de sinais causa grande impacto na interpretação, devido às especificidades próprias dessas línguas”. (LEITE, 2004, p. 52).

O diferencial mais óbvio, talvez, seja a modalidade dessas. Trata-se de línguas pronunciadas através das mãos, em conjunto com todas as expressões faciais e corporais que compõem o enunciado no espaço e que são percebidas por meio da visão do outro, por isso são denominadas visuoespaciais. São línguas naturais, ou seja, “o sistema linguístico que é geneticamente determinado para desenvolver-se nos humanos.”, assim como as línguas de modalidade oral-auditiva (como o Português, o Alemão, o Inglês, o Francês e o Italiano) o são. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 24,29).

O MEC – Ministério da Educação e Cultura – caracteriza, através da obra de Quadros (2004), o ILS como a “pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais (...) para quaisquer modalidades” (2004, p. 78), transpondo de uma língua para outra tanto da língua falada (português ou libras) para a língua escrita (português ou libras) e vice-versa.

Concernente com o parágrafo acima, a Lei n. 12.319/2010, no seu Art. 2º, define esse profissional: “O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa”. (BRASIL, 2010).

O mesmo processo social que resultou na legislação citada levou também ao crescimento do número de estudos acerca das diversas culturas e expandiu o conhecimento das mesmas, favorecendo a emergência de identidades distintas. A comunidade surda, valendo-se desse momento, teve oportunidade de se colocar enquanto grupo cultural perante a sociedade hegemônica, ouvinte. E juntamente com o movimento de reconhecimento da língua de sinais apareceram, no cenário social, os ILSs. (PEREIRA, 2008).

Quanto às suas tarefas, também se assemelham às dos tradutores de línguas oral-auditivas. Gladis Perlin (2006) nos esclarece ao dizer que: “Os intérpretes apresentam suas próprias particularidades, identidade e orbitalidade, no ato da interpretação”. (PERLIN, 2006, p. 1). Essa postura de Perlin nos faz refletir sobre a complexidade envolvida na tradução, complexidade esta que talvez não seja levada em conta de forma relevante, quando se afirma sobre a postura neutra que deveria apresentar durante sua atuação, ILSs que estão “para a tradução da cultura (...) da história, (...) da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas próprias particularidades, identidade e orbitalidade”. (PERLIN, 2006, p. 1 – grifo nosso).

A concepção já abordada, de que o intérprete é simplesmente um transpositor de informações de uma língua para outra, também está fortemente presente no campo da interpretação de língua de sinais. Para compreendermos melhor sobre essa abordagem e o contexto atual brasileiro, mais especificamente o de Minas Gerais, em que me encontro inserida, é importante que se faça um breve recorte sobre os “modelos de intérprete”.

Segundo Leite (2004), que se baseia em Roy (2000), as posturas dos ILSs se dividem em vários modelos que surgiram em diferentes momentos históricos da comunidade surda.

Outras autoras, como Pereira (2008) também discutem sobre tais modelos.

Abordaremos os três principais, que são:

- “modelo ajudador” (LEITE, 2004, p. 50), em se adota uma postura assistencialista, caritativa, que surgiu antes que a interpretação fosse encarada como profissão. Nessa época, a maioria dos intérpretes eram amigos, professores, religiosos ou familiares de pessoas surdas. Nesse modelo, como Pereira (2008) explica, os intérpretes não possuíam “uma formação específica na área da interpretação interlíngua e utilizava-se de interpretação consecutiva, para resumir ou modificar o que julgava estar além da compreensão das pessoas surdas”. (p. 40).

- “modelo de condutor” (LEITE, 2004, p. 50) ou “modelo telefone” (PEREIRA, 2008, p. 40). Trata-se do modelo em que o intérprete é visto como máquina. Este teve início como reação ao “modelo ajudador” indo para um extremo totalmente oposto em que os intérpretes queriam um tratamento mais profissional e se achavam na obrigação de serem invisíveis, neutros e distantes. “A metáfora utilizada na época era a de que o intérprete teria que ser como um telefone, apenas ‘passando’ a informação de um lado para o outro, sem se envolver e sem manifestar sua subjetividade”. (p. 40).

- “modelo de especialista bilíngue e bicultural” (LEITE, 2004 p. 50) é um modelo que leva em consideração a cultura das partes envolvidas no processo comunicativo e também encara como relevante a situação ou o contexto em que esse processo se dá. Nesse modelo, o intérprete deveria “ser assistencial, também, com os ouvintes.”. E o grande perigo seria esse sujeito tentar acumular “funções na tentativa de ser especialista em tudo, além de tradução: pedagogia, antropologia, sociologia, psicologia, etc”. (PEREIRA, 2008, p. 41).

Ao contrário do que muitos pensam, esses modelos, apesar de terem surgido em diferentes épocas e em diferentes contextos históricos, coabitam o cenário atual e ora se fundem uns nos outros, ora se mostram em toda a sua essência. Contudo, independente da postura que o ILS adota, segundo esses modelos, um ponto resultante de todos eles se apresenta na realidade desse profissional contemporâneo: a necessidade desse sujeito ser neutro durante o ato interpretativo.

Isso fica explícito tanto nas falas desses intérpretes, registradas por autoras como Coracini (2005), Leite (2004), Pereira (2008) e outras, como no livro de Quadros (2004), **O tradutor/intérprete de Língua de Sinais Brasileira**, publicado e divulgado pelo MEC. Esse documento dedica uma seção à função desse profissional, como se vê, a seguir:

Qual o papel do intérprete?

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (QUADROS, 2004, p. 28).

Nesta e em outras publicações, notamos o apontamento como requisitos a confiabilidade, discrição, fidelidade e neutralidade para que o ILS seja considerado como atuando dentro de uma postulação ética no movimento tanto para a língua de

sinais como para a língua oral. A grande questão é o que se constitui como sendo essa neutralidade e fidelidade e a interpretação que os leitores fazem de um modelo a ser seguido estritamente no dia a dia como se fosse uma receita de bolo. A falta de situações formais em que se reúnam os ILSs para que se coloquem os diferentes pontos de vista sobre essa e outras temáticas abre um espaço, um tanto quanto perigoso no ponto de vista dessa autora, para que se formulem regras e normas de concepção individual ou centrada do que condiz ou não com essa postura ética esperada do intérprete. (LEITE, 2004).

Como “ferro em brasa” essas concepções marcam tanto a imagem como o imaginário do ILS, no Brasil, que se sente obrigado a “ser exato, fiel, neutro e atuar como retransmissor de informações”. Conceitos que, de maneira proposital ou não, são apoiados pelas literaturas oficiais divulgadas pelo MEC e pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. (LEITE, 2004, p. 47).

Tal situação deixa clara a obrigatoriedade que existe no imaginário do próprio tradutor, além daqueles a quem atende, que seu papel é de “ponte, ponte entre culturas, ponte entre línguas, ‘entre mundos’ (...). Referem-se sempre a necessidade de ser fiel ao autor” mesmo que em outros momentos esse mesmo sujeito afirme que não há correspondência entre duas línguas e que sua tarefa se constitui em criar outro texto, ele continua tendo o original como “um espectro” que o assombra. (CORACINI, 2005, p. 13).

Quando se diz de “neutralidade no ato interpretativo”, é possível que diferentes ideias se construam no imaginário do leitor, mesmo que esse seja um especialista na área. Primeiro, devemos compreender a diferença entre ser “fiel” e ser “neutro”, apesar de ambos os aspectos caminharem paralelamente e em alguns momentos até mesmo se confundirem. E, posteriormente, vamos propor o recorte sobre a “neutralidade” que rotulamos como “o mito”.

Para Avila (2008), ser fiel, segundo o dicionário Luft, é cumprir o que foi prometido. O que leva a questão levantada por Cícero, um ancião teórico da tradução, há mais de dois mil anos sobre fidelidade x liberdade. A fidelidade estaria ligada à literalidade do discurso original. (ALVES, 2003, p. 30).

No entanto, nossa temática está centrada em “ser neutro”. Ser neutro, segundo o dicionário Aurélio, advém do latim neutru e se constitui como adjetivo daquele sujeito “que julga sem paixão, que é imparcial”; trata-se daquele que é “indefinido, vago, indistinto, indeterminado; que se mostra indiferente, insensível”. Entende-se como aquele indivíduo “que não toma partido nem de um, nem de outro numa disputa”, que, em linguagem popular, “fica em cima do muro”. E, “neutralidade”, segundo esse mesmo dicionário, se refere a “qualidade ou estado de neutral”, “neutral” que é definido como se referindo ao verbo “neutro” ou a “pessoa neutral: ‘Os neutrais entre dois partidos são geralmente maltratados como censores e antagonistas de ambos’”. Seria, então, o sujeito que, na realidade, não estará a favor de ninguém. (FERREIRA, 1975, p. 931).

O intérprete neutro pode ser encarado como aquele que mantém suas concepções afastadas de seu discurso interpretativo, que não faz interferências pessoais durante esse ato comunicativo e não produz “impurezas” nesse texto de chegada; aquele que se mantém imparcial e fiel em relação ao texto de partida; o sujeito que não polui sua interpretação chamando atenção para si durante o ato interpretativo, através de sua postura, adereços ou ruídos. (AVILA, 2008; LEITE, 2004; PEREIRA, 2008; QUADROS, 2004).

No entanto, o nosso recorte será feito em torno da questão levantada diretamente por Leite (2004), quando nos fala “Como pode o intérprete regular sua neutralidade no momento em que interpreta? Como pode, sendo humano, tornar sua partici-

pação isenta de interferências pessoais?”. (p. 51).

Essa autora, talvez, seja a que mais nos instiga a refletir sobre esse “mito da neutralidade”. Leite (2004) dedicou um subtítulo inteiro a essa temática em seu livro **Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva**. Suas contribuições para a tese deste artigo são tão grandes que será pedido licença ao leitor para que não se estafe com a quantidade de vezes que essa autora será citada em sua literalidade.

Em destaque, devemos pontuar que afirmar que a neutralidade no ato interpretativo é um mito não significa isentar o intérprete de suas responsabilidades durante o processo de interpretação, ao contrário, visa a que esse intérprete tenha uma consciência de suas responsabilidades e ações embasadas nas possibilidades reais que o próprio corpo o permite. Pois em relatos presentes nos trabalhos das autoras que se encontram como referência nesse trabalho (Coracini, Leite e Pereira), notamos o conflito, na maioria das vezes interno dos profissionais que se julgam e sentenciam por sua prática não ser íntegra aos princípios que concebem sobre a ética da neutralidade.

Podemos introduzir os nossos pensamentos sobre essa questão com a fala de Leite (2004):

intérprete de Libras (...) demonstram entender como sendo características próprias de sua função, ser: um elemento neutro na interação, invisível e imparcial quando interpreta; e que para ser fiel ao texto original, deve funcionar como máquina (transferir o produto de uma língua para outra), deve ser mediador, facilitador e condutor da comunicação. (...) segundo Metzger (1999a), existe um paradoxo em relação às metas de neutralidade traçadas pelo profissional intérprete, e, aquilo que, verdadeiramente, acontece no ato da interpretação”. (p. 49) .

Para compreendermos essa afirmação de Leite, ao dizer que “existe um paradoxo em relação às metas de neutralidade traçadas pelo profissional intérprete, e, aquilo que, verdadeiramente, acontece no ato da interpretação”, precisaremos de uma visão interdisciplinar e transdisciplinar sobre os aspectos envolvidos no ato tradutório. Para tanto, abordaremos teorias, conceitos e explicações inerentes a tradução/interpretação. Assim, compreenderemos a verdadeira contribuição dessa temática para os ILS:

Sinto-me, como intérprete, oscilando entre extremos, pois fui educada para ser um passivo canal por onde as informações deveriam passar, sem nenhuma interferência de minha subjetividade. Percebo, porém, que estou presente como sujeito no ato tradutório, com minhas vivências, minha personalidade, minha experiência e bagagem cultural. Ser intérprete é ser, intrinsecamente, um profissional atormentado por ter que estar presente no ato de linguagem e fingir-se invisível algo ainda mais difícil para um intérprete de uma língua que é percebida prioritariamente pelo canal visual e, por não poder ser o ‘eu’ nem o ‘tu’ plenamente, por estar sempre em uma posição instável e escorregadia de um simbiótico locutor-interlocutor. Estes conflitos são maximizados por estereótipos dos quais é difícil nos livrarmos, tais como o velho e sussurrado “traduttori, traditton”, que coloca a minha profissão sob permanente desconfiança, pois, se algo vai mal no ato de linguagem, o primeiro a ser apontado como culpado é o intérprete. (PEREIRA, 2008, p. 26).

Começamos entendendo “os passos” que ocorrem durante uma interpretação. A interpretação envolve um processo cognitivo, que tem sido cada vez mais estudado, Trudy Schafer, aluna de Cokely, em uma palestra intitulada Model of the interpreting process, no **I Congresso de TILS** (Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais) em Santa Catarina, explicou que, para efeitos de pesquisa, podemos dividir o processo

cognitivo-interpretativo em sete etapas, que, no presente trabalho, resumiremos em apenas cinco:

1) Receptividade: Podemos comparar nosso cérebro a uma antena parabólica que recebe ondas/mensagens de um satélite que, no caso, seria o autor do texto. Quando recebemos essa mensagem o nosso cérebro trabalha o conteúdo para verificar se os sons ou os sinais têm significado ou são somente ruídos, como, por exemplo, um espirro. Depois de separar os elementos que têm significado, teoricamente, o ILS teria de afastar seus sentimentos e julgamentos do processo interpretativo.

2) Memória: Quando escutamos uma palavra, é necessário que a mente encontre o significado a que essa palavra corresponde. Como se procurasse uma ficha equivalente a um código dentro de um imenso arquivo em frações de segundo. A memória é fundamental para o ILS. Nós temos tipos diferentes de memória, a memória de curto prazo retém somente sete palavras, o que não adianta nada para o ILS, pois ele precisa de um contexto ou “onda” maior para inferir o significado em seu todo. No entanto, se descartarmos as palavras e substituirmos por imagens, expandimos muito a nossa capacidade de assimilação. Podemos treinar a mente para reter mais informações se nos desprendermos da palavra e nos detivermos à ideia.

3) Intenção informativa: A compreensão é algo que leva tempo. A primeira palavra pode ter muitos significados e para saber qual o significado aplicado é preciso primeiro ouvir o contexto. Quanto mais informação, mais específicos conseguiremos ser. Na interpretação, é fundamental estar sempre um tempo atrasado ao discurso original para que seja possível converter o significado. E assim, após atingirmos a compreensão, passamos ao próximo passo.

4) Determinação uma forma de expressar o mesmo pensamento em outra língua: Schafer, pesquisador americano da Língua de Sinais Americana - ASL (2008, p. 5). usou a ilustração do gelo e da água. Temos que derreter a forma do original e transformá-lo em outra forma. Por exemplo, se uma pessoa entra em uma sala em que todas as janelas estão abertas e diz: “- Está frio aqui!”, o significado implícito equivale a dizer: “Feche as janelas!”.

Constantemente, o ILS tem que tomar decisões sobre como transmitir a mensagem. Às vezes, temos de passar de forma literal; outras vezes, passar de forma literal pode consolidar o fracasso comunicativo. O ILS tem de desenvolver muito bem as habilidades que encontramos descritas no texto de Albir (apud ALVES, 2005), pois transformar de uma língua para outra requer tremenda fluência desse sujeito. E só então chegamos ao ponto.

5) Enunciação da interpretação: Nesse ponto, o ILS transformará o gelo em água; dará outra forma àquele enunciado, mas assim como gelo e água ainda continuarão a ser a mesma substância, também o significado original estará presente nesse novo discurso.

Esses passos nos ajudam a entender o porquê da neutralidade que se entende como a ausência de inferências, de um discurso que não carrega marcas da vivência do ILS, ser tratada, aqui, como um mito. Dialoguemos com os pontos colocados acima para compreendermos essa conclusão. No primeiro item, receptividade, por exemplo, o simples fato de estarmos codificando tais mensagens já é um processo dedutivo que realizamos sobre a ideia do outro que, no seu original, só está dentro da mente do outro. O que fazemos é tentar reconstruí-la na nossa mente, algo que jamais será feito sem ocuparmos o lugar de leitores desse texto, e a leitura de um texto é construída a partir de seus conhecimentos de mundo, de sua identidade e de sua orbitalidade. Alves

deixa claro isso em sua fala:

A recuperação do significado só é possível se incorporarmos nosso conhecimento de mundo ao nosso raciocínio dedutivo e concluirmos, indiretamente, o significado da sentença. Acreditamos que, a partir dos exemplos dados, é possível demonstrar que os processos inferenciais, sejam locais sejam globais, têm início com base em uma etapa dedutiva. Contudo, quanto mais se distanciam do nosso conhecimento de mundo, mais subjetivas são as relações que estabelecemos entre as informações novas e aquelas que já detemos. (ALVES, 2003, p. 68).

E é a partir desse lugar que o ILS se torna o (co)autor de um novo texto que constitui-se como interpretação e que será carregado das mesmas particularidades do texto compreendido no início. Notamos, então, que o problema não está nas explícaturas, mas sim nas implicaturas. Quanto mais distantes do nosso contexto estiverem as informações que precisamos processar, mais difícil será acessarmos aquele arquivo que citamos no segundo item, "memória", no ato interpretativo. Isso pode resultar em erros ou equívocos que advêm, geralmente, da barreira encontrada em estabelecer relações coerentes entre o nosso conhecimento de mundo e o texto a ser traduzido. Isso porque o contexto se modifica constantemente e com isso vem a necessidade do ILS reorganizar as "inter-relações" estabelecidas entre conhecimento prévio e as informações do texto de partida. (ALVES, 2003, p. 67).

O verbo alemão *erfharung* nos ajuda a compreender mais claramente essa questão, como assinala Reis:

erfharung é o conhecimento obtido através de uma experiência que se acumula, que se prolonga, que se desdobra, como numa viagem (e viajar em alemão é *fahren*), o sujeito integrado numa comunidade dispõe de critérios que lhe permitem ir sedimentando as coisas com o tempo. Significa o modo de vida que pressupõe o mesmo universo de linguagem e de prática, associando a vida particular à vida coletiva e estabelecendo um fluxo de correspondências alimentado pela memória. (REIS, 2/2010).

O ILS, como qualquer outro sujeito, passa por esse processo de aquisição de conhecimento e todos os seus atos comunicativos, dentro do processo interpretativo ou não, evidenciarão esse *erfharung*, pois, como bem explicado por Reis, perpassam pela memória. (REIS, 2/2010).

Isso se evidenciará na escolha das Unidades de Tradução (UTs) que o intérprete fará. A UT é um fragmento do texto inicial para qual, em algum momento, o ILS dirigirá sua atenção. "Trata-se de um segmento em constante transformação que se modifica segundo as necessidades cognitivas e processuais do tradutor". Ela pode ser considerada como o pilar no qual todo o processo tradutório será construído. "Suas características individuais de delimitação e sua extrema mutuabilidade contribuem fundamentalmente para que os textos de chegada tenham formas individualizadas e diferenciadas". (ALVES, 2003, p. 38).

Alves (2003) nos diz:

Cada um de nós fará uma tradução diferenciada exatamente porque partimos de UT's diferentes para realizar nossas traduções. Não existe nada errado com isso. Trata-se apenas de constatação de que nossos processos cognitivos e, por conseguinte, nossas estratégias de tradução têm características predominantemente individuais. As UT's podem mudar de forma e tamanho. Podemos acrescentar ou reduzir itens para processá-las de modo mais adequado. Podemos até mesmo reformulá-las sintática ou semanticamente. O que realmente importa é nossa atenção consciente em torno do foco do nosso trabalho. O importante é percebermos o que fazemos e como fazemos. (p. 34).

E, com isso, acredita-se que a "intervenção consciente", por parte do ILS, "sobre o foco de atenção, no decorrer do processo tradutório", resultará numa interpretação "mais personalizada", pela qual esse sujeito terá mais condição de "assumir maior responsabilidade". Quanto maior a autonomia sobre o processo interpretativo, maior será o controle do ILS sobre "sua própria produção". (ALVES, 2003, p. 34).

A Teoria da Relevância (TR), abordada por Branca Vianna (2006), à luz da interpretação simultânea, justifica claramente o porquê de a neutralidade ser impossível durante o ato interpretativo tradutório quando trata do acesso a suposições contextuais. Um intérprete dificilmente terá a mesma formação que o sujeito a quem interpreta ou que seus ouvintes. Numa palestra, por exemplo, estará presente um especialista em neurociência (o palestrante) e pessoas que estão ali com o "objetivo em comum de obter e partilhar conhecimento" sobre essa "área de interesse comum" (o público, no caso do ILS, o público surdo), e o ILS "é externo a tudo isso". Por mais experiente que esse intérprete seja em interpretar temas ligados à neurociência, o seu conhecimento sempre estará aquém ao do especialista palestrante. E, portanto, ele terá de se valer de suposições contextuais na medida do possível. "Uma implicação contextual é um tipo de efeito cognitivo: uma conclusão dedutível a partir da combinação entre enunciado e contexto, mas não a partir de qualquer um dos dois isolados" (VIANNA, 2006, p. 194, 195).

Vianna (2006) esclarece, de acordo com a TR, que a comunicação acontece a partir do princípio de "manifestação mútua". Tanto o "falante" como o "ouvinte partilham, até certo ponto, um ambiente cognitivo em que a manifestação mútua se concretiza através de um comportamento ostensivo-inferencial entre os interlocutores". Ela ainda esclarece que com a "intenção informativa" compõe conteúdo que o emissor pretende que se manifeste no ambiente cognitivo do receptor. Portanto, fica claro que "para que a comunicação aconteça, o receptor precisa perceber a intenção informativa do emissor e interpretar inferencialmente sua intenção comunicativa". (VIANNA, 2006, p. 189).

Leite (2004) nos faz raciocinar sobre isso ao citar Mason e demonstrar o contraste entre o que os usuários do serviço dos ILSs esperam e "a observação da realidade de uma situação em que o significado é subjetivo, estando o intérprete em processo de constante negociação e onde uma tradução literal levaria a constantes mal entendidos". Essa postulação mostra a "pressão constante" que os ILSs sofrem no que diz respeito ao seu desempenho no ato interpretativo. (LEITE, 2004, p. 50, 51).

Reflexões como essas podem contribuir de maneira significativa para uma atuação responsável e ética do profissional ILS. Delimitar as reais barreiras impostas pela natureza humana subjetiva presente todo o tempo, nesse processo, nos ajudará a atuar de forma mais conscienciosa, permitindo que nos atentemos a outras questões de real relevância, como a neutralidade possível e necessária que se espera deste profissional, em vez de continuarmos nos concentrando na persistência utópica de neutralidade imposta hoje.

Após este estudo, não estaríamos equivocados em concluir que o intérprete não pode interferir na interpretação, para que o foco seja a sua fala ou sinalização e não a sua figura em si. Isso se refletirá nas suas escolhas quanto à vestimenta e acessórios, e nesse ponto estará a neutralidade possível e ética. Para verificar suas escolhas se faz necessário o trabalho em equipe; a autofilmagem possibilitará uma autoavaliação, após a interpretação, quando poderá refletir de maneira construtiva sobre suas escolhas. É impossível acertar 100% das vezes, o processo interpretativo é de extrema complexidade e descobrir onde estão as finas linhas que dividem a conduta implícita ao ato tradutório e a falta de ética profissional é tão ou mais complexo. "A neutralidade:

o conflito do intérprete. Ser exato, fiel, neutro e atuar como retransmissor de informações” e pensamentos “que influenciam o trabalho de interpretação em língua de sinais no Brasil” só pesam ainda mais a carga do ILS. Trata-se de uma inútil e enorme bigorna que não passa de um fardo que pode e deve ser descartado durante a jornada interpretativa. (LEITE, 2004, p. 47).

Uma neutralidade plena é algo inviável, pois, como argumentamos durante todo este artigo, o intérprete é um ser humano e como tal é impossível que não faça inferências a informação em questão e escolhas linguísticas relacionadas aos seus próprios conhecimentos prévios. O intérprete não é uma máquina! Essa concepção torna-se um martírio para o profissional intérprete que, apesar de saber da impossibilidade de tal neutralidade, tanto do ponto de vista social como do biológico (cognitivo), se vê em conflito com o que lhe é exigido e com o que ele mesmo conceitua como ética e fidelidade. Visto que essa discussão é de interesse primário dos ILSs espera-se que ocorram iniciativas de discussões mais abertas e frequentes entre os profissionais da classe sobre essa temática.

Quanto ao conceito de “ser fiel”, trata-se de uma polêmica não aprofundada neste artigo, mas que tornam ambíguas as conclusões. Será que o conceito de neutralidade/fidelidade é realístico? Até que ponto podemos nos sustentar na base da subjetividade humana para explicar os conflitos existentes no ato interpretativo? A partir de que ponto as inferências e interferências passam do inconsciente para o consciente? E como os estudos da neurociência podem nos auxiliar a encontrar as possíveis postulações éticas sobre a postura do ILS? Estes, como tantos outros questionamentos, continuam a pairar sobre o imaginário dos ILSs, dos surdos que utilizam os seus serviços e dos pesquisadores, suscitando e ressaltando a necessidade de novas pesquisas.

Esperamos que iniciativas sejam tomadas para discutir de forma aberta os diferentes posicionamentos, como se objetivou no presente trabalho fazer com a ‘neutralidade’, principalmente no que tange ao meio acadêmico, para que possamos estabelecer metas realísticas que contribuam para nos aproximarmos da excelência interpretativa.

Abstract

This article presents a study on the embryo of the feminine in Jorge Amado's work. Its objective is to focus on the analysis of the character Don'Ana Badaró (**Terras do Sem-Fim and São Jorge dos Ilhéus**), as a precursor of this feminine, recognizing in her a feminine and social ideal as well as the reasons why she was classified as a woman of earth and rain. The work focused mainly on data collection and on the analysis of the feminine figure, also relying on the presentation of the book **Terras do sem-fim** – in which Don'Ana Badaró stands out the most – addressing plot, historical context, critical fortune, and the presentation of the studied character – her name with their meanings and variants, her physical and psychological characteristics, her relationship with the other characters in the book.

Keywords: Feminine. History. Literature. Social.

Referências

ALBIR, AH. A aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos. In: ALVES, F. MAGALHÃES, C. PAGANO, **A. Competência em Tradução: cognição e discurso**. Belo Horizonte, UFMG, 2005.

ALVES, F. Estratégias de busca de subsídios internos: memória e mecanismos inferenciais. In: ALVES, F.; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. **Traduzir com autonomia**: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2003. Cap. 4, p. 57 – 70.

ALVES, F. Unidades de tradução: o que são e como operá-las. In: ALVES, F.; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. **Traduzir com autonomia**: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2003. Cap. 2, p. 31-38.

AVILA, GF. A Fidelidade e suas Controvérsias. **Cadernos de Tradução**. PGET – UFSC, n. XXI, jan./jun. 2008.

BRASIL. **Decreto n. 5626, de 22 de dez.** 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abr. de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dez. 2000; e outras providências.

BRASIL. **Lei n. 12.319, de set.** 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

CORACINI, MJRF. O Sujeito Tradutor Entre a “Sua” Língua e a Língua do Outro. **Cadernos de Tradução**. PGET – UFSC, nº XVI, jul./dez. 2005.

FERREIRA, ABH. Neutralidade. In: FERREIRA, ABH. Neutralidade. **Novo Dicionário Aurélio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p. 931.

LEITE, EMC. Fundamentação Teórica. In: LEITE, EMC. **Os Papéis do Intérprete de Libras na Sala de Aula Inclusiva**. Arara Azul. Coleção Cultural e Diversidade, 2004. Cap. 4, p. 44-93.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência nominal**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010. 550 p.

PERLIN, G. A Cultura Surda e os intérpretes de línguas de Sinais. In: **Educação Telemática Digital**, Campinas. v. 7. n. 2, p. 135-146. Jun. 2006.

PEREIRA, MCP. **A Interpretação na língua de sinais: “tá” na mão!** In: PEREIRA, MCP. **Testes de Proficiência Linguística em Língua de Sinais**: as possibilidades para os intérpretes de Libras, 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Cap. 3.

QUADROS, RM. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**: programa nacional de apoio à educação de surdos. Brasília, MEC: 2004.

QUADROS, RM. KARNOPP, LB. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos lingüísticos. São Paulo: Artmed, 2004.

REIS, M. “Pedagogia negativa como crítica da educação de infância”: Apontamentos sobre a abordagem italiana de educação infantil no Brasil, no prelo, jul./dez. 2010.

SCHAFER, T. THE COKELY. **Modelo f the interpreting process**. I Congresso Nacional de TILS/SC, out./2008. Disponível em: < <http://iridia.ulb.ac.be/~psmets/TargetIdentif-2>.

pdf> Acesso em: 29 out. 2010.

VIANNA, B. Teoria da Relevância e interpretação simultânea. In: ALVES, F.; GONÇALVES, J.L. (Org.) **Relevância em Tradução**: perspectivas teóricas e aplicadas. Belo Horizonte: FALE UFMG, 2006. Cap. 7. p. 185-201.